

MAPFRE Previdência S.A.

CNPJ 04.046.576/0001-40



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras referentes à MAPFRE Previdência S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. As referidas Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, acompanhadas do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Independentes.

Rendas de contribuições e prêmios emitidos

As receitas das rendas de contribuições e prêmios emitidos totalizaram em 2022 R\$ 300,0 milhões, com redução de 9,2% ou R\$ 30,3 milhões em relação ao ano anterior. Devido à situação econômica, notou-se um aumento de resgates e uma redução de novas contratações de planos e nas contribuições recorrentes.

Sinistralidade

A sinistralidade em 2022 foi de 23,5% com aumento de 8,7 p.p. em relação ao ano anterior.

Despesas administrativas

As despesas administrativas do ano de 2022 foram de R\$ 15,8 milhões, decrescendo 3,3% em relação ao ano anterior.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou um prejuízo de (R\$ 6,8) milhões, o que representa uma melhora de R\$ 7,9 milhões em relação ao prejuízo registrado no ano anterior, impactado principalmente, pelas atualizações monetárias relacionadas a provisões matemáticas decorrentes do aumento nos índices de correção estabelecidos nos planos contratados e também, em menor magnitude, pelo forte aumento da curva de juros futuros no período, que refletiu negativamente nos preços da parcela de títulos pré-fixados e indexados à inflação que estavam marcados à mercado, em IPCA e IGP-M, da carteira da MAPFRE Previdência com esse perfil.

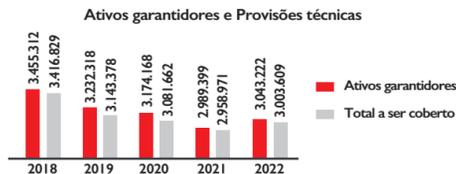
Resultado do exercício

O resultado totalizou em 2022 um prejuízo de (R\$ 9,1) milhões, menor em R\$ 4,8 milhões em relação ao ano anterior. O Retorno sobre Patrimônio Líquido - ROE, foi de (6,8%) em 2022, e (11,0%) em 2021.

Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, a MAPFRE Previdência declara estar, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1,9 mil, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais dos mesmos. A Companhia tem apresentado liquidez dos

ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas nos últimos anos conforme demonstrado abaixo:



Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos

Os acionistas da MAPFRE Previdência S.A., em cada exercício, têm direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido. O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite do valor do capital social integralizado.

Sustentabilidade

Em 2022, a MAPFRE traçou sua Estratégia Global de Sustentabilidade, que resultou no Plano de Sustentabilidade 22-24, que define o seu posicionamento estratégico e os seus principais projetos e iniciativas em relação às questões ASG (ambientais, sociais e de governança) e de negócios para os próximos anos.

O plano contempla os compromissos globais de sustentabilidade assumidos pela companhia, com foco nos grandes desafios enfrentados atualmente pelo mundo: as mudanças climáticas, a necessidade de uma economia mais circular, a inclusão, a educação financeira e de seguros, o envelhecimento da sociedade, os negócios e demandas sociais e os desafios de um portfólio de produtos e serviços cada vez mais sustentável, em linha com as oportunidades e ameaças de um cenário socioeconômico e climático em plena transformação.

FUNDAÇÃO MAPFRE

Por meio da Fundação MAPFRE, uma instituição sem fins lucrativos, a MAPFRE contribui para o desenvolvimento da sociedade com a realização de iniciativas nas áreas de Prevenção e Segurança Viária, Promoção da Saúde, Seguro e Previdência Social, Cultura e Ação Social.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		2.439.857	2.616.596
Disponível	5	504	1.486
Caixa e bancos		504	1.486
Equivalentes de caixa	5	151	279
Aplicações	6	2.405.981	2.570.102
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.049	919	919
Operações com resseguradoras		1.049	919
Créditos das operações com previdência complementar	374	739	739
Valores a receber		374	739
Outros créditos operacionais	7	7.041	14.843
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	2.864	2.357
Títulos e créditos a receber	5.883	6.931	6.931
Títulos de crédito a receber		421	11.220
Créditos tributários e previdenciários	22b	5.224	6.359
Outros créditos		238	152
Despesas antecipadas	21	780	780
Custos de aquisição diferidos	10	15.989	18.150
Seguros		15.347	17.443
Previdência		642	707
Ativo não circulante		717.544	490.590
Realizável a longo prazo		717.153	490.293
Aplicações	6	636.641	419.125
Outros créditos operacionais	7	23.947	27.944
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8	2.185	1.449
Títulos e créditos a receber	29.858	13.244	13.244
Créditos tributários e previdenciários		27.574	11.220
Depósitos judiciais e fiscais	19a	2.284	1.893
Custos de aquisição diferidos	10	24.522	28.531
Seguros		23.084	26.871
Previdência		1.438	1.660
Investimentos	331	264	264
Imobilizado	9	13	13
Intangível	51	20	20
Total do ativo		3.157.401	3.107.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		198.574	206.135
Contas a pagar		5.756	7.395
Obrigações a pagar	11	2.360	2.231
Impostos e encargos sociais a recolher		1.714	4.112
Encargos trabalhistas		1.427	741
Impostos e contribuições	12	255	911
Ativos de operações com seguros e resseguros		7.202	7.039
Operações com resseguradoras	8	6.406	5.404
Corretores de seguros e resseguros	13	796	1.665
Débitos de operações com previdência complementar		843	1.210
Contribuições a restituir		644	756
Operações de repasses	14	199	454
Depósitos de terceiros	15	70	75
Provisões técnicas - seguros	16	99.266	101.744
Vida com cobertura por sobrevivência		99.266	101.744
Provisões técnicas - previdência complementar	16	85.437	88.642
Planos não bloqueados		14.706	15.398
PGBL		70.731	73.244
Passivo não circulante		2.824.522	2.775.064
Provisões técnicas - seguros	16	1.309.842	1.275.578
Vida com cobertura por sobrevivência		1.309.842	1.275.578
Provisões técnicas - previdência complementar	16	1.513.935	1.497.567
Planos não bloqueados		293.386	287.054
PGBL		1.220.549	1.210.513
Outros débitos		750	1.919
Provisões judiciais	19a	750	1.919
Patrimônio líquido	20	134.300	125.977
Capital social		156.274	156.274
Aumento de capital em aprovação		40.000	-
Ajuste de avaliação patrimonial		(41.292)	(18.725)
Prejuízos acumulados		(20.682)	(11.572)
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.157.401	3.107.176

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

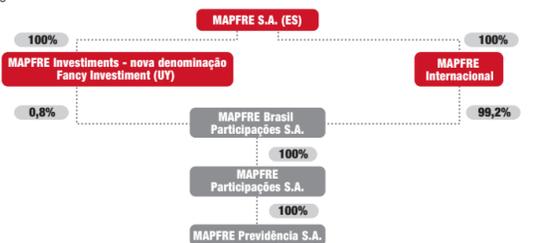
	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	156.274	-	154	2.189	7.818	-	166.435
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(47.401)	-	(47.401)
Varição líquida dos demais ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	20.858	-	20.858
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(13.915)	(13.915)
Reserva de lucros (absorção de prejuízo do exercício)	-	-	-	(154)	-	2.343	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	156.274	-	-	-	(18.725)	(11.572)	125.977
Aumento de capital em aprovação processo nº 15414.601407/2023-69	-	40.000	-	-	-	-	40.000
Varição líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(20.108)	-	(20.108)
Varição líquida dos demais ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.459)	-	(2.459)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(9.110)	(9.110)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	156.274	40.000	-	-	(41.292)	(20.682)	134.300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Previdência S.A., doravante denominada por "Companhia", é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar nas atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência, em todo o território nacional. O endereço registrado da Companhia é Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, São Paulo - SP, CEP 04578-000 e está cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40. A Companhia é integrante do GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em Madrid, Espanha. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do GRUPO MAPFRE, sendo os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do GRUPO MAPFRE. Em 31 de dezembro de 2022, o GRUPO apresentava a seguinte estrutura:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, de 12 de novembro de 2021, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Comparabilidade:** A Companhia reclassificou, os valores de Custo de Aquisição Diferidos e Tributos Diferidos, apresentados em 31 de dezembro de 2021, como variação das contas patrimoniais, nos ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas Demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do exercício. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil. • Notas 3e - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3a e 6 - Aplicações e Instrumentos Financeiros; • Notas 3i, 3k e 16 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; e • Notas 3l e 19 - Provisões judiciais. **f) Segregação entre Circulante e não Circulante:** A Companhia efetuou a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aquelas cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Os Fundos especialmente constituídos de PGBL/VGBL são na sua totalidade para garantias das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder de PGBL/VGBL, não existindo descasamentos no fluxo de caixa. Em função de os títulos estarem classificados na categoria do valor justo por meio do resultado, os mesmos são classificados no ativo circulante e para fins de análise da liquidez, são apresentados considerando a mesma expectativa de liquidação dos passivos correspondentes, sem vencimento. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos são classificados como não circulantes. A segregação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder - PMBaC entre circulante e não circulante é realizada utilizando o fluxo de pagamentos previsto no Teste de Adequação de Passivos - TAP. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. **g) Normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP Circular SUSEP nº 678/2022 de 10 de outubro de 2022. A norma estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2024, a Seguradora desenvolve um estudo técnico que leve em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador individualmente no processo de constituição e mensuração da RVR dos ativos de resseguro. Não obstante, a norma ainda referenda o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, fazendo com que os fundos de investimentos destinados à cobertura das provisões técnicas sejam classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo submetidos ainda, por meio de estudos técnicos aprovados pela Administração da Seguradora, à necessidade de constituição de eventuais reduções a valores recuperáveis. **CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17):** A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia está iniciando o trabalho de avaliação e espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras, que até o momento não podem ser dimensionados. O CPC 50 passou a vigorar em 1º de janeiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a) Aplicações e Instrumentos Financeiros: A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento do reconhecimento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i.* **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 (noventa) dias e com risco insignificante de mudança de seu valor e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. *ii.* **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São classificados nessa categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *iii.* **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das demais categorias. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do período. *iv.* **Ativos mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *v.* **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. *vi.* **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com o variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3, Bovespa, Balçao. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. *vii.* **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas: "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber", que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. **b) Redução ao valor recuperável:** *i.* **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indicar que o evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii.* **Operações de resseguros:** A redução ao valor recuperável - RVR sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, conforme artigo 139, inciso III, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. *iii.* **Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **c) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear. **d) Intangível:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de *softwares*, são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear. **e) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **f) Mensuração dos contratos de seguros e das receitas relacionadas aos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou facturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. As rendas com taxa de gestão são estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo à data de fechamento do patrimônio líquido do fundo. **g) Resseguro:** É a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação a Companhia objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do

Em 2022, os programas promovidos para melhorar as condições de vida de grupos desfavorecidos, reduzir os acidentes de trânsito, disseminar o acesso à informação, à prevenção, à inovação e à pesquisa, ampliando a diversidade cultural da sociedade beneficiaram mais de 11,3 milhões de pessoas, sendo 7 milhões de beneficiários *on-line* e 4,3 milhões de beneficiários presenciais.

Controles internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja

→ continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

benefícios, sob a forma de renda, considerando a opção de renda e juros garantidos determinados no contrato de concessão, e sobrevida do assistido a cada data-base do cálculo. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras. Nessa provisão técnica, encontram-se também as rendas vencidas e os valores estimados referentes às ações judiciais. O ajuste de Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados - IBNeR considera o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. É calculado com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensal com experiência dos últimos 48 (quarenta e oito) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data-base de cálculo. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa, calculada de acordo com a experiência histórica pelo Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados e metodologia prevista em nota técnica atuarial, que prevê a construção de triângulo mensais com experiência dos últimos 48 (quarenta e oito) meses, considerando o intervalo entre a data de ocorrência e a data de aviso do sinistro. A Provisão de Excedentes Financeiros - PEF é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou beneficiários, tanto na fase de diferimento, quanto na fase de concessão de benefícios. É calculada com base na metodologia prevista em nota técnica atuarial, considerando despesas diretamente relacionadas à vinculação do pagamento de indenizações e/ou renda mensal. A Provisão de Resgates - PVR representa o ajuste de Sinistros a Liquidar - PSL em valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de prêmios ou fundos e as portabilidades solicitadas e que, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a Companhia ou Entidade Aberta de Previdência Complementar - EAPC receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PNG constituída para as operações estruturadas no regime financeiro de Repartição Simples ou Repartição de Capitais de Cobertura, mensalmente, abrangendo os riscos assumidos e emitidos e os riscos vigentes e não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos - TAP, de acordo com o item 3k desta nota. **j) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados**

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSSsb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSsb (male/female)	0% a.a.	0%

k) Teste de Adequação dos Passivos - TAP: A Companhia elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e a Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 648/2021, ambas de 12 de novembro de 2021, e alterações, a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocações relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas, excedentes financeiros e outros receitas e despesas diretamente relacionados aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pelo SUSEP (ETTJ). O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Premissas

Descrição	
Taxa de desconto	Cupons de IPCA, IGP-M e TR - ETTJ SUSEP
Tábua de mortalidade	BR-EMSS
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGP-M e TR

O resultado do teste de adequação de passivo apresentou necessidade de provisões adicionais aos passivos de seguro no montante de R\$ 17.465. Com a mudança da classificação dos ativos financeiros da MAPFRE Previdência S.A., em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, e a mais-valia dos ativos gerenciadores classificados na categoria "mantidos até o vencimento" passivos de seguros, foi necessário revisar a classificação dos ativos financeiros de Cobertura de R\$ 17.202. **i) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda, que levam em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de um evento passado ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando a certeza do ganho e seu custo ou o valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **m) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidas ao resultado à medida que são incorridos. *ii. Obrigações com aposentadorias:* A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar com aplicação de recursos na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Companhia, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário base de contribuição do participante. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. *iii. Outros benefícios pós-emprego:* Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa. **n) Outras receitas e despesas operacionais:** Receitas decorrentes da venda de produtos e serviços, tais como seguros e contratos de previdência e receitas com resgates que são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairdade), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **o) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre a base tributável. Em 28 de abril de 2022, foi editada pelo Poder Executivo a Medida Provisória - MP nº 1.115/2022, convertida na Lei nº 14.446/2022 de 2 de setembro de 2022, que majora de 15% para 16% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das seguradoras, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou os impactos da majoração da alíquota e concluiu que os efeitos não são materiais. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, compreende os tributos correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O tributo corrente é o imposto a pagar sobre a base tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com base nos efeitos de diferimento de ativos e passivos considerados na base de cálculo de tributos temporários, entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do tributo corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O tributo diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização desses ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se relacionam a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **p) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • **Risco de subscrição:** Risco de crédito; • **Risco de liquidez;** • **Risco de mercado;** • **Risco operacional;** e • **Gestão de capital.** A finalidade desta seção é apresentar informações gerais sobre os riscos, e não constituir, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos aqui mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. As responsabilidades do Sistema de Gestão de Riscos da MAPFRE estão integradas na estrutura organizacional de acordo com o modelo de 3 (três) linhas de defesa, envolvendo todo o Grupo MAPFRE Brasil, e incluindo empresas do conglomerado como a MAPFRE RE (SCI - EGR operacional), estabelecimento (a) Primeira linha, composta por funcionários, diretoria e áreas operacionais, de negócio e de suporte, responsáveis por manter o controle efetivo das atividades realizadas como parte inerente do trabalho cotidiano. Portanto, são eles que assumem os riscos e são responsáveis por estabelecer e aplicar os mecanismos de controle necessários para gerir os riscos associados aos processos que realizam e garantir que não ultrapassem os limites estabelecidos. b) Segunda linha: integrada pelas funções-chave de gestão atuarial, de riscos e de conformidade e outras funções de seguros que garantem o funcionamento do Sistema de Gestão de Riscos. c) Terceira linha: composta pela Auditoria Interna, que realiza a avaliação independente da adequação, suficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno, comunicando eventuais deficiências às partes responsáveis por aplicar as medidas corretivas, incluindo os altos cargos executivos e os órgãos de governança, conforme o caso. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado pela Comissão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando mitigar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A Gestão de Riscos no Grupo MAPFRE Brasil se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão de riscos, vigilância e notificação de exposição a riscos. A gestão dos riscos corporativos quantitativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk - VaR*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A esses modelos, adiciona-se a parcela qualitatva da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e, de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. A partir da avaliação dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados e o melhor apetite de risco é definido. O objetivo é que oportunidades de melhorias sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos a tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle consistente com a importância dos negócios, a empresa investiu no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores por meio de um programa de Disseminação de Cultura de Riscos e Controles. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO conta com os seguintes Órgãos de Governança: • **Conselho de Administração:** é o órgão superior de administração e supervisão da atividade no País, de acordo com as leis locais e as normas internas de governo do GRUPO MAPFRE. Compete ao Conselho aprovar a orientação geral de negócios, as políticas e diretrizes gerais e as metas da MAPFRE Brasil, sempre visando os melhores interesses do GRUPO MAPFRE e zelando pelo cumprimento das obrigações previstas nos normativos internos e na legislação vigente; • **Comitê de Auditoria:** é um órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, em consonância com as atribuições previstas na legislação e no Estatuto Social, que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; • **Comitê de Direção:** tem por objetivo a gestão das Unidades de Negócio na região, assim como a condução de todos os projetos corporativos globais ou regionais, que sejam necessários para o cumprimento dos objetivos, e ainda desenvolver e executar, conforme o caso, as decisões dos órgãos de Administração e Diretoria da MAPFRE S.A.; • **Comitê de Investimentos:** tem por objetivo orientar as companhias da MAPFRE Brasil no que diz respeito à alocação dos investimentos financeiros, analisando os referidos investimentos, para avaliar detentamente os benefícios e estimar o retorno de investimentos em ativos financeiros, observando as premissas de segurança, rentabilidade, solvência, legislação e alçadas vigentes do GRUPO MAPFRE. O Comitê acompanha e zela pelo cumprimento das políticas financeiras definidas pela Alta Administração e, além de assessorá-la no desempenho de suas atribuições relacionadas à adoção de estratégias, políticas e medidas voltadas à estratégia financeira do GRUPO MAPFRE; e • **Comissão de Riscos:** com caráter consultivo e de assessoramento, vinculado ao Comitê de Direção, tem por objetivo analisar e acompanhar, bem como, auxiliar o Comitê

de Direção nas matérias relacionadas a controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos corporativos e atuais, no âmbito de suas competências e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os regimentos dos Comitês contêm a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a qualidade e continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Companhia segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente e realiza testes de consistências e recálculos atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional. O GRUPO MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O GRUPO MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral desses riscos à resseguradora MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada no valor de contribuições/prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	VIDA/AGB	%	PGBL/FGB	%	TOTAL	%
Centro-Oeste	60	0%	3.645	1%	3.705	1%
Nordeste	108	0%	11.977	4%	12.085	4%
Norte	26	0%	1.181	0%	1.207	0%
Sudeste	185.060	62%	79.095	27%	264.155	89%
Sul	10.220	3%	8.622	3%	18.842	6%
Total	195.474	65%	104.520	35%	299.994	100%

Região geográfica	VIDA/AGB	%	PGBL/FGB	%	TOTAL	%
Centro-Oeste	56	0%	4.378	1%	4.434	1%
Nordeste	109	0%	13.647	4%	13.756	4%
Norte	18	0%	1.317	0%	1.335	0%
Sudeste	208.764	63%	78.388	24%	287.152	87%
Sul	14.250	5%	9.324	3%	23.574	8%
Total	223.197	68%	107.054	32%	330.251	100%

Região geográfica	VIDA/AGB	%	PGBL/FGB	%	TOTAL	%
Centro-Oeste	55	0%	3.355	1%	3.410	1%
Nordeste	99	0%	11.025	4%	11.124	4%
Norte	24	0%	1.087	0%	1.111	0%
Sudeste	170.364	63%	72.774	26%	243.138	89%
Sul	9.407	3%	7.938	3%	17.345	6%
Total	179.949	66%	96.179	34%	276.128	100%

Região geográfica	VIDA/AGB	%	PGBL/FGB	%	TOTAL	%
Centro-Oeste	52	0%	4.103	1%	4.155	1%
Nordeste	102	0%	12.790	4%	12.892	4%
Norte	17	0%	1.234	0%	1.251	0%
Sudeste	195.878	64%	73.465	24%	269.343	89%
Sul	13.148	4%	8.738	3%	21.886	7%
Total	209.143	68%	100.330	32%	309.473	100%

Ativos financeiros - Rating (*)	AAA	AA+	AA	AA-	A-	BBB	BB+	BB-	BB	Sem rating	Total
Títulos de renda fixa públicos (**)	-	-	-	-	-	-	-	2.322.848	-	-	2.322.848
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	10.585	24.897	-	-	35.482
Debêntures	12.148	3.204	15.085	1.237	2.404	-	-	47.512	-	39.429	121.019
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	-	-	-	-	40.453	22.669	-	169.129	-	5.514	237.765
Letras financeiras - LF	4.610	60.045	-	17.277	-	-	-	74.033	34.601	-	190.566
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	6.455	-	24.812	31.267
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	-	-	-	(252)	-	(2.239)	(2.491)
Total	16.758	63.249	15.085	18.514	42.857	22.669	10.585	2.644.622	34.601	67.516	2.936.456

Ativos financeiros - Rating (*)	AAA	AA+	AA	AA-	A-	BBB	BB+	BB-	B	Sem rating	Total
Títulos públicos de renda fixa (**)	2.322.850	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.320.645
Certificados de depósitos bancários - CDB	32.729	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.729
Debêntures	61.093	-	17.571	3.667	-	-	-	-	-	2.753	88.687
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	16.631	-	-	-	-	164.327	-	-	-	56.807	239.823
Letras financeiras - LF	116.458	4.513	34.993	-	-	-	-	-	-	34.601	169.643
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31.267	16.839
Caixa/contas a pagar/receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.491)	(3.164)
Total	2.549.761	4.513	52.564	3.667	-	164.327	-	-	-	161.624	2.872.377

(*) Não contempla saldo de ações no montante de R\$ 106.166 (R\$ 116.850 em 31 de dezembro de 2021). (**) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 445.513 (R\$ 230.864 em 31 de dezembro de 2021) com lastro em títulos públicos.

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, tendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou a conceder. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Companhia, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. A Circular SUSEP nº 648/2021, de 12 de novembro de 2021, e alterações, estabelece novo critério para o Risco de liquidez, devendo cada Companhia desenvolver metodologia específica para cálculo, com implementação obrigatória a partir de dezembro de 2021. A metodologia utilizada pela Companhia está baseada em método prospectivo de projeção de fluxo de caixa, utilizando premissas atuariais estressadas de entradas e saídas brutas de resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados até a data base do cálculo. Os fluxos utilizados de entradas e saídas para o lançamento de receitas provenientes de prêmios e contribuições utilizadas nas projeções, consideram os contratos e certificados vigentes na data-base, contemplando as premissas de cálculo utilizadas nas projeções realizadas para Teste de Adequação dos Passivos, sendo essas premissas estressadas para apurar o fator do risco de liquidez a ser aplicado sobre o montante de provisões a cobrir. Fator este com revisão periódica. A suficiência de liquidez está segregada numa escala de medição por nível de tolerância, sendo o fator calculado decomposto conforme tabela abaixo, considerando as classificações: verde, amarelo e vermelho. As ações para o atingimento de cada taxa seguem o estabelecimento nos normativos internos.

Nível - Risco de liquidez	Cumprimento total
>= 100%	Zona Verde
< 100% - 90%	Zona Amarela
< 90% - 30%	Zona Vermelha
< 30%	

Total a ser coberto (a)	780.062
Ativos garantidores (b)	1819.907
Fator de risco de liquidez (c)	3,65%
Risco de liquidez (d)=(a)/(c)	28.472
Verde	2.847
Amarelo	17.083
Vermelho	8.542
Provisão a cobrir + risco de liquidez (e)=(a)+(d)	808.534
Nível de liquidez (b)/(e)	1,01
Insuficiência (b)-(e)	11.373

Classificação do nível de liquidez

A projeção dos passivos é realizada conforme premissas atuariais realistas e considera os fluxos de entradas e saídas brutas de cessão em resseguro, que decorram do cumprimento dos riscos assumidos pela Companhia nos contratos e certificados dos planos comercializados. O fluxo de caixa com o perfil do passivo aponta quais são os ativos disponíveis no mercado que melhor adequam à situação futura do passivo em termos de taxa, índice e volume financeiro. Sendo preferida a seleção de ativos e instrumentos financeiros de alta liquidez, que tenham vínculo com os indexadores dos Planos de Previdência ou que tenham algum grau de correlação ou que cubram os passivos identificados e que sejam elegíveis pela política de investimentos vigente e sempre registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. Não obstante a Companhia apresentar aponte liquidez negativa na distribuição das taxas dos fluxos de até 1 (um) ano e de 1 (um) a 5 (cinco) anos, como estratégia, mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado, que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa e gero fluxos de caixa positivos nas operações.

	2022	
Fluxo de ativos (*)	Fluxo de passivos (**)	
Fluxo até 1 ano	121.362	134.126
Fluxo de 1 a 5 anos	93.157	195.878
Fluxo acima de 5 anos	605.388	361.427
Total	819.907	691.431

(*) O fluxo de ativos considera as aplicações financeiras e não foram consideradas as aplicações referentes aos fundos especialmente constituídos PGBL/VGBL. As aplicações classificadas nas categorias disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado e podem ser convertidas em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa. (**) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas e não foram consideradas as PMBAs dos produtos PGBL/VGBL e consideram a avaliação de ALM. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câ

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e em valores justos.

Hierarquia a valor justo	Vencimento				Ativos				Total			
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	de 5 a 10 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Valor justo	2022	%		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(H)	(I)		
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	471.985	1.318.201	420.941	173.782	2.385.909	2.385.149	2.385.345	96	2.384.909	78%	2.559.407	86%
Fundos de investimentos	100.981	61.642	-	(1.028)	161.595	161.835	161.931	96	161.595	7%	307.317	12%
Letras financeiras do tesouro - LFT	13.911	61.317	-	-	75.228	75.099	75.228	129	75.228	47%	93.131	30%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	41.366	13%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	39.162	13%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	25.595	8%
Operações compromissadas (*)	86.722	-	-	-	86.722	86.722	86.722	-	86.722	54%	108.495	35%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	348	-	-	673	706	673	(33)	673	0%	770	0%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	(1.028)	(1.028)	(692)	(692)	-	(1.028)	-1%	(1.202)	0%
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	371.004	1.256.559	420.941	174.810	2.223.314	2.223.314	2.223.314	-	2.223.314	93%	2.252.090	88%
Ações	2	-	-	106.166	106.166	106.166	106.166	-	106.166	5%	116.850	5%
Certificados de depósitos bancários - CDB	2	32.729	-	2.753	35.482	35.482	35.482	-	35.482	2%	822	0%
Debêntures	2	18.960	38.639	63.419	121.018	121.018	121.018	-	121.018	5%	127.769	6%
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	2	138.083	99.682	-	237.765	237.765	237.765	-	237.765	11%	239.823	11%
Letras financeiras - LF	2	83.179	72.785	-	190.565	190.565	190.565	-	190.565	9%	169.643	8%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	71.544	608.799	42.013	722.356	722.356	722.356	-	722.356	32%	1.006.878	45%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	1.689	917	-	2.606	2.606	2.606	-	2.606	0%	9.268	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	21.478	76.863	308.903	407.244	407.244	407.244	-	407.244	18%	431.980	19%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	-	-	5.992	5.992	5.992	5.992	-	5.992	0%	6.205	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	3.342	1.570	614	5.526	5.526	5.526	-	5.526	0%	5.606	0%
Operações compromissadas (*)	2	-	357.304	-	358.790	358.790	358.790	-	358.790	16%	122.369	6%
Opções de futuro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	3.047	0%
Quotas e fundos de investimentos	2	-	-	31.267	31.267	31.267	31.267	-	31.267	1%	13.792	1%
Caixa/contas a pagar/receber	2	-	-	(1.463)	(1.463)	(1.463)	(1.463)	-	(1.463)	0%	(1.962)	0%
Ativos disponíveis para venda	20.965	31.516	603.330	-	655.811	693.207	655.811	(37.396)	655.811	22%	429.058	14%
Fundos de investimentos	20.965	31.516	603.330	-	655.811	693.207	655.811	(37.396)	655.811	100%	429.058	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	7.212	369.721	376.933	414.364	376.933	(37.431)	376.933	57%	278.603	65%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	-	233.609	233.609	233.609	233.609	(419)	233.609	36%	129.804	30%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	20.965	24.304	-	45.269	44.818	45.269	454	45.269	7%	20.651	5%
Operações compromissadas (*)	1	107	-	1.795	1.902	1.902	1.902	0	1.902	0%	762	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	-	1.795	1.902	1.902	1.902	263	1.902	100%	762	100%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	107	-	1.795	1.902	1.902	1.902	263	1.902	94%	717	94%
Total	493.057	1.349.717	1.026.066	173.782	3.042.622	3.080.258	3.043.221	(37.037)	3.042.622	100%	2.989.227	100%

(*) Operações compromissadas com lastro em títulos públicos
b) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. As operações compromissadas são operações de compra e venda de 1 (um) dia com uma taxa pré-fixada na data da emissão da operação. Os títulos públicos de renda fixa e privados (debêntures) tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Para títulos privados de renda fixa ativos, sem cotagem em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia. O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação.

d) Taxa de juros contratada

	2022		2021	
	Maiores taxa	Menor taxa	Maiores taxa	Menor taxa
Certificados de depósitos bancários - CDB	100% CDI	100% CDI	103% CDI	103% CDI
Debêntures	112,32% a.a. + CDI	106,25% a.a. + CDI	2,54% a.a. + CDI	0,04% a.a. + CDI
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	6,04% + IPCA	6,04% + IPCA	6,02% + IPCA	6,02% + IPCA
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE	1,25% CDI	1,00% CDI	118% CDI	100% CDI
Letras financeiras - LF	1,25% CDI	1,00% CDI	DI + 2,05% a.a. + CDI	1,10% a.a. + CDI
Letras financeiras - LF	115% CDI	100% CDI	115% CDI	100% CDI
Letras financeiras - LF	2,00% a.a. + CDI	0,85% a.a. + CDI	1,75% a.a. + CDI	0,19% a.a. + CDI
Letras financeiras - LF	8,71%	5,89%	8,62%	8,40%
Letras financeiras do tesouro - LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
Letras do tesouro nacional - LTN	12,87%	11,56%	11,56%	3,24%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	8,28%	2,93%	5,86%	0,16%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	8,55%	4,32%	5,51%	4,67%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	13,31%	6,37%	9,19%	6,27%
Operações compromissadas (*)	13,64%	13,59%	9,19%	9,19%
Títulos da dívida agrária - TDA	9,24%	8,67%	9,12%	9,11%

e) Movimentações das aplicações

	2022		2021	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	2.559.407	702.024 (893.944)	-	17.422 2.384.909
Disponíveis para venda	429.058	- (36.350)	263.103	655.811
Mantidos até o vencimento	762	-	-	1.140 1.902
Total	2.989.227	702.024 (893.944)	(36.350)	281.665 3.042.622
Valor justo por meio do resultado	2.546.377	775.835 (751.150)	-	(11.685) 2.559.407
Disponíveis para venda	625.456	- (198.100)	(76.165)	77.867 429.058
Mantidos até o vencimento (*)	1.822	- (875)	-	(185) 762
Total	3.173.655	775.835 (950.125)	(76.165)	66.027 2.989.227

(*) Os rendimentos dos ativos mantidos até o vencimento apresentamos saldo negativo devido à queda na participação da companhia no fundo de investimento que possui em sua carteira esses ativos financeiros. **f) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui contratos futuros de DI, conforme apresentados na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, nesse caso de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada à avaliação do cenário macroeconômico, demonstrados a seguir:

	2022		2021	
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor receber/pagar
Derivativos FUT DI	(260)	26.000	(35.338)	-
FUT DI	3.241	(324.100)	208.233	-
Total	2.981	(298.100)	172.895	-

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

O montante de R\$ 7.041 (R\$ 14.843 em 31 de dezembro de 2021) no ativo circulante é composto por R\$ 2.810 (R\$ 10.326 em 31 de dezembro de 2021) referentes a resgates em trânsito em processo de identificação, R\$ 2.805 (R\$ 3.015 em 31 de dezembro de 2021) referentes à taxa de gestão de fundos e R\$ 1.385 (R\$ 1.459 em 31 de dezembro de 2021) referente a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência e outros créditos operacionais de R\$ 41 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2021). O montante de R\$ 23.947 (R\$ 27.944 em 31 de dezembro de 2021) do ativo não circulante se refere a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência. Os valores do ativo circulante e ativo não circulante a vencer, referentes a créditos a receber de parcerias dos produtos de previdência, estão demonstrados no aging abaixo:

	2022	2021
Até 1 ano	1.385	1.459
De 1 a 5 anos	4.897	5.385
Acima de 5 anos	19.049	22.559
Total a vencer	25.331	29.403

8. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS E ATIVOS DE RESSEGURO

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Provisão de sinistros a liquidar - PSL Vida	3.674	2.069	-	-
Provisão de sinistros a liquidar - PSL FGB	21	135	-	-
IBNR/IBNeR - Vida	1.218	1.453	-	-
IBNR/IBNeR - FGB	136	149	-	-
Total	5.049	3.806	-	-
b) Passivo	2022	2021	2022	2021
Prêmios cedidos - Vida/VGBL	6.428	5.425	-	-
Comissões a recuperar - Vida/VGBL	(22)	(21)	-	-
Total	6.406	5.404	-	-

	2022		2021	
	Provisões técnicas - resseguros	Saldo inicial	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientes	Saldo inicial
Saldo inicial	-	4.758	1.821	10 6.589
Constituições	196	-	1.252	1.911 3.359
Diferimento pelo risco decorrido	(184)	-	-	(184)
Reversões	-	-	-	-
Saldo final	-	3.695	806	796 3.806

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

São compostos por créditos diversos R\$ 421 (R\$ 420 em 31 de dezembro de 2021).

10. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	2022	2021
Saldo inicial	46.681	52.282
Constituição	16.068	18.048
Reversões	(22.238)	(23.649)
Saldo final	40.511	46.681

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2022	2021
Honorários e remunerações	183	435
Participação nos lucros a pagar	735	435
Compartmentamento de despesas	463	521
Fornecedores e outras obrigações a pagar	979	1.275
Total	2.360	2.231

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2022	2021
COFINS	219	261
PIIS	36	49
Outras contribuições	7	7
Total	255	311

13. CORRETORES DE SEGUROS E RESEGUROS

São compostos por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes, no montante de R\$ 796 (R\$ 1.665 em 31 de dezembro de 2021).

14. OPERAÇÕES COM REPASSES

Compreendem os valores de operações com repasses, referentes às portabilidades aceitas, aguardando reclassificação para as correspondentes provisões matemáticas, no montante de R\$ 199 (R\$ 454 em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Até 30 dias	56	220
De 31 a 60 dias	108	179
De 91 a 180 dias	34	-
De 181 a 365 dias	1	6
Acima de 365 dias	-	49
Total	199	454

15. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

São compostos por valores efetivamente recebidos, mas ainda não reclassificados para as correspondentes rendas de contribuições e prêmios.

	2022	2021
Até 30 dias	7	75
Total	70	75

16. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

a) Composição	2022			
	Vida	Individual	PGBL	Tradicional
Provisão de Benefícios a Conceder - PMBaC	1.000.150	367.169	1.223.168	200.905 2

* continuação

MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

DIRETORIA

FELIPE COSTA DA SILVEIRA NASCIMENTO
FERNANDO PÉREZ-SERRABONA GARCIA

ANTONIO CLEMENTE CAMPANÁRIO
DENIA DE MOURA

FRANCISCO EUGÊNIO LABOURT
IVAN PARASKEVOPOULOS SILVA

ORLANDO ELIECER IBARRA CAMPO
ROBERTO JUNIOR DE ANTONI

RAPHAEL BAUER DE LIMA
SIMONE PEREIRA NEGRÃO

CONTADORA

TÁLITA DE FIUME - CRC 1SP 333939/O-0

ATUÁRIA

VERA LUCIA FERNANDES LOPES - MIBA 817

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Participações S.A., é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade precípua de revisar, previamente à sua divulgação, o conjunto das demonstrações financeiras e avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias externa e interna.

É constituído por 3 (três) membros efetivos independentes e está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados nº 432/2021, de 12 de novembro de 2021. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos.

O universo de atuação do Comitê compreende a instituição líder e tem alcance sobre as seguintes empresas: MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A.

Os administradores da empresa líder e de suas subsidiárias são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, a efetividade das ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

A Ernst Young Serviços S.S. é responsável pela auditoria e emissão de parecer dos Atuários Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras das subsidiárias abrangidas pelo Comitê de Auditoria. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e adequação das provisões técnicas, dos sistemas de controles internos e o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares.

Principais Atividades
O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à administração, gestores de riscos e controles, auditorias interna e externa. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao órgão e estão adiante sintetizadas.

Nas reuniões de trabalho, com administradores, executivos e técnicos das diversas áreas da Organização, o Comitê abordou, em especial, assuntos relacionados à preparação das demonstrações financeiras; ao sistema de controles internos; aos processos contábeis; aos critérios e metodologias nas áreas atuarial, contábil e riscos; ao processo de gestão de riscos; e aos relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou necessidades de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes das auditorias interna e externa, oportunidades em que verificou e apreciou seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

Considerando as informações recebidas das áreas responsáveis, os trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, o Comitê constatou a inexistência de falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade das empresas abrangidas.

Revisou as demonstrações financeiras, notas explicativas e o relatório da administração da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- A Auditoria Interna é efetiva e desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- As Auditorias Externas são efetivas e as informações por elas fornecidas constituem suporte para a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência dos seus trabalhos;
- As demonstrações financeiras da MAPFRE Capitalização S.A., MAPFRE Previdência S.A., MAPFRE Seguros Gerais S.A. e MAPFRE Vida S.A. apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das empresas em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

Luiz Cláudio Ligabue
Coordenador

Edgar Jabbour
Membro Titular

Francisco Petros Oliveira Lima Papatathanasiadis
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da MAPFRE Previdência S.A. São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) e do Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Veja as Notas nos 3(i), 3(k) e 19 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia mantém provisão técnica complementar de cobertura (PCC) relacionada a insuficiência de provisão dos contratos de seguros e previdência complementar, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Para calcular o teste de adequação de passivos e consequentemente mensurar a provisão complementar de cobertura (PCC), a Companhia utiliza-se de técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outros, longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros. Consideramos o cálculo do teste de adequação de passivos e a avaliação da mensuração da provisão complementar de cobertura como um principal assunto de auditoria dado o julgamento envolvido na determinação da metodologia e premissas relevantes relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
(i) entendimento do desenho e implementação de controles internos relacionados ao processo de mensuração, aprovação e revisão dos cálculos do teste de adequação de passivos e da provisão complementar de cobertura.

(ii) envolvimento de nossos especialistas atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram:

- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como longevidade, nível de resgate dos planos de previdência complementar, taxas de desconto e de juros, utilizadas na mensuração da PCC e do teste de adequação de passivos, com base em premissas derivadas das próprias informações históricas da Companhia;
- na conferência da exatidão matemática da PCC e do teste de adequação de passivos; e
- no recálculo da PCC, por meio de utilização de métodos atuariais e ferramenta estatística.

(iii) testes de precisão e integridade das base de dados de prêmios emitidos, contribuições recebidas

e benefícios e resgates pagos, utilizadas para mensuração da provisão complementar de cobertura, conforme aplicável, incluindo o confronto destas bases com as bases analíticas suporte aos registros contábeis.

(iv) testes, com base em amostragem, da existência e precisão das informações utilizadas no cálculo do teste de adequação dos passivos e da mensuração da provisão complementar de cobertura, como valores das contribuições, benefícios e resgates, incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável, tipo de plano, datas de registro, data de nascimento do participante, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportares; e

(v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de

materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Avaliamos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023.

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CRC 2SP014248/O-6

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57



Descubra nosso propósito em [mapfre.com](https://valor.com.br)



Cuidamos do que é importante para você